

A democracia diante do radicalismo conservador no início do século XXI

Democracy and the radical conservatism in the beginning of the twenty first century

Cícero Krupp da Luz¹

 0000-0001-9338-1102

<http://lattes.cnpq.br/8090593466236407>

Gilberto Soares Ferreira¹

 0000-0002-6281-3467

<http://lattes.cnpq.br/6149222315828432>

Resumo

Este artigo analisa os desafios da democracia no ocidente neste início de século, diante do radicalismo que acompanha a ascensão da direita conservadora ao poder político, com foco nas eleições presidenciais no Brasil em 2018 e nos Estados Unidos da América em 2016. Na primeira parte do trabalho, são descritas algumas das contradições das democracias de ambos os países, em seus respectivos contextos políticos e sociais. Na segunda parte, a partir de categorias da democracia liberal, a pesquisa busca compreender as conquistas e insuficiências das instituições democráticas contemporâneas. Peter Mair descreve a convergência para o centro dos programas partidários e o enfraquecimento da classe política tradicional, como causa da vitória desses novos atores. A investigação pretende contribuir para que movimentos democráticos possam encontrar alternativas a esse cenário. Em um ambiente de descrença nos representantes eleitos, promessas de mudanças profundas na política ganharam espaço. No entanto, é preciso estar atento se discursos e

Abstract

This paper analyses the challenges of democracy in west countries, in the beginning of the twenty first century, after the political rise of the radical conservatives, with focus on the elections that took place in Brazil in 2018 and in the United States of America in 2016. On the first part of the text, some contradictions of the democracy in both countries are described, considering their political and social contexts. On the second part, with the support of the categories from the liberal democracy, the study intends to comprehend the accomplishments and the limits of contemporary democratic institutions. Peter Mair describes the convergence to the center by both left and right wing parties and the weakness of traditional politics as causes to the rising of radical right. The study intends to contribute to other democratic movements to find alternatives to this scenario. In a context of disbelieve in elected representatives, those who promised to change things deeply convinced a great number of electors. However, it is important to

¹ Faculdade de Direito do Sul de Minas, Programa de Pós-Graduação em Constitucionalismo e Democracia. Av. Dr. João Beraldo, 1075, Centro, 37551-089, Pouso Alegre, MG, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: LUZ, C.K. E-mail: <ciceroluz@gmail.com>.

Como citar este artigo/How to cite this article

Luz, C. K.; Ferreira, G. S. Desafios da democracia diante do radicalismo conservador no início do século XXI. *Revista de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social*, v.1, e205132, 2020.

programas admitem a redução ou mesmo a eliminação da mediação democrática para a solução dos diversos conflitos sociais.

be aware if their speeches and decisions are aiming to reduce or even eliminate democratic procedures to mediate social conflicts.

Palavras-chave

Conservadorismo. Democracia. Política. Radicalismo. Representação

Keywords

Conservatism. Democracy. Politics. Radicalism. Representation.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende analisar os desafios da democracia diante do radicalismo no cenário político do início do século, com foco nas últimas eleições presidenciais no Brasil e nos Estados Unidos da América. Vários países ocidentais têm presenciado a ascensão de partidos da direita conservadora aos cargos do poder executivo ou o aumento de sua presença nos parlamentos. São frequentes os discursos e medidas de líderes que impulsionam o radicalismo na política, desafiando as instituições democráticas, atacando a liberdade de imprensa, negando fatos científicos e alimentando teorias conspiratórias. Investigar o ressurgimento deste radicalismo na política é fundamental para que movimentos democráticos possam encontrar formas de resistência e propor alternativas.

Na primeira parte do trabalho, são descritas algumas contradições das democracias dos dois países estudados, em seus respectivos contextos políticos e sociais. Embora haja uma grande diferença entre Brasil e Estados Unidos da América (EUA), por exemplo, quanto a aspectos políticos e econômicos, semelhanças importantes permitem a reunião de ambos no mesmo estudo. São países continentais, com uma população numerosa, que enfrentam dificuldades para garantir uma participação inclusiva dos cidadãos nas decisões públicas. Estas dificuldades estão relacionadas à desigualdade econômica e a heranças históricas, como são as consequências da escravidão para a população negra de ambos os países. Nos Estados Unidos da América, desde a década de 80, ocorre uma crescente desigualdade social, que se reflete, por exemplo, na diminuição da mobilidade social entre gerações. Embora a democracia no país esteja consolidada, ela ainda apresenta importantes desequilíbrios no seu sistema eleitoral, que em alguns casos favorecem determinados grupos, em detrimento de outros minoritários.

Na segunda parte, a partir dos estudos sobre a democracia liberal, serão analisadas características gerais desta nova ascensão conservadora. Os motivos de seu maior apoio eleitoral, em diferentes contextos sociais, fornecem um importante instrumento para entender o fenômeno. Após as derrotas do partido dos trabalhadores no Brasil e do partido democrata nos EUA, os novos presidentes assumem seus cargos com discursos considerados pela literatura política como radicais ou populistas. Autores

contemporâneos identificam a ameaça de utilização de instrumentos de exceção sob aparentes moldes legais.

Existe um grande número de teses sobre o fenômeno aqui estudado e vários debates sobre a aplicabilidade ou sobre a própria delimitação de conceitos, como é o caso do conceito de populismo. Por outro lado, as próximas sucessões de mandatos irão indicar se a base de apoio desses líderes permanecerá consolidada, assim como as consequências políticas e econômicas de seus governos. Portanto, esta pesquisa não pretende esgotar uma análise de tamanha complexidade, mas contribuir para um debate que busca aprimorar instituições democráticas e evitar a dissolução de conquistas políticas alcançadas nas últimas décadas.

1 Contradições da democracia no Brasil e nos Estados Unidos da América

As origens do autoritarismo brasileiro contribuem para explicar a precária participação popular nas decisões políticas e as sucessivas tentativas ou efetivas interrupções de processos democráticos no país. Schwarcz² descreve o fenômeno ao longo da história brasileira: a escravidão, que moldou as relações sociais e que mostra seus efeitos contemporâneos na desigualdade racial, na morte e no encarceramento em massa dos negros brasileiros; o mandonismo e o patriarcado, que surge na ocupação colonial e no latifúndio, com os chefes locais reunindo forças econômicas, políticas e sociais; o patrimonialismo, no qual o estado brasileiro, criado no contexto da colonização portuguesa, não atende ao interesse público, mas a arranjos políticos pessoais.

O golpe militar de 1964, que estabeleceu uma ditadura de 21 anos, ocorreu em meio a um conjunto de disputas políticas internas e internacionais que fogem da abrangência do presente estudo. No entanto, Miguel³ destaca que as Forças Armadas tinham a missão de reprimir demandas por igualdade, vistas como uma influência comunista. A doutrina de segurança-nacional, com origem nos EUA, orientou o pensamento militar sul-americano no período e ganhou características próprias no Brasil. Carvalho⁴, ao apontar o golpe de 1964 como uma reação ao rápido aumento da participação popular no período, descreve a supressão de direitos políticos e civis que ocorre posteriormente. Foram efetivadas cassações de direitos políticos, intervenções em organizações trabalhistas e estudantis, dissolução de partidos políticos, censura a artistas e à imprensa, prisões arbitrárias, torturas e assassinatos.

² SCHWARCZ, L. M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

³ MIGUEL, L. F. *O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe parlamentar*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2019. p. 42.

⁴ CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 157.

Em 2010, o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente a ADPF 153/DF⁵, que buscava a declaração de não recebimento, pela Constituição de 1988, da anistia para agentes públicos, por crimes com motivação política praticados contra opositores, durante a ditadura militar. A decisão é criticada por não dar resposta adequada às violentas agressões aos direitos humanos praticados por agentes do estado, fato que pode incentivar a repetição destas condutas no futuro⁶.

Carvalho⁷ conclui que o desenvolvimento da cidadania foi mais completo nos países onde a luta dos direitos civis foi precursora dos direitos políticos que, então, foram seguidos pelos direitos sociais. Esta sequência foi prejudicada no Brasil, tendo em vista a instituição de direitos sociais de forma arbitrária, como ocorreu no período do Estado Novo e durante a ditadura militar. O reflexo deste longo processo histórico pode ser visto no relatório da OXFAM Brasil⁸, que descreve que o parlamento federal nas eleições de 2014 foi o mais rico dos quinze anos anteriores. Por um lado, constituído por homens brancos possuidores de grande patrimônio; por outro, com sub-representações de raça, gênero e etnia.

A Constituição de 1988 foi o resultado de um conjunto de movimentos sociais que trouxe a perspectiva de uma definitiva consolidação da democracia no país, com objetivos de redução de desigualdades e de desenvolvimento econômico. Após os governos de Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 é analisada como o resultado da tensão entre uma lógica inclusiva da democracia e as exclusões sociais promovidas pelo projeto neoliberal, como exemplos o aumento da informalidade do trabalho e a redução do valor dos salários⁹. Neste cenário, o governo do partido dos trabalhadores buscou a retomada de um projeto de desenvolvimento, com o estado no papel de promotor de políticas econômicas e sociais. No entanto, estas políticas não significaram uma ruptura com as estruturas capitalistas globais:

É importante salientar que tal estratégia de desenvolvimento tenta conciliar o legado do Estado intervencionista/regulador, típico do Nacional-Desenvolvimentismo (1930-1980), com a inserção do Brasil nos marcos do capitalismo financeiro e globalizado. Decerto, as forças centrípetas dos circuitos globais do capitalismo limitam as capacidades do Estado brasileiro de formular e implementar políticas públicas, haja vista a necessidade de aquiescência à tríade

⁵ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *ADPF 153/DF*. Relator: Min. Eros Grau, 29 de abril de 2010. Brasília: Supremo Tribunal Federal.

⁶ ROTHENBURG, W. C. Constitucionalidade e convencionalidade da Lei de Anistia brasileira. *Revista Direito GV*, v. 9, n. 2, p. 681-706, 2013.

⁷ CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 220

⁸ OXFAM BRASIL. A distância que nos une. *Oxfam Brasil*, São Paulo, 26 set. 2017.

⁹ SAAD FILHO, A. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 127.

macroeconômica/ortodoxa: metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário¹⁰.

Carvalho¹¹ descreve o programa bolsa família e a política de valorização do salário-mínimo como pilares para a redução das desigualdades neste período. São medidas que aumentaram o poder de compra dos trabalhadores formais e dos beneficiários da seguridade social, o que repercutiu no padrão de consumo desta parcela da população. Outros pilares para este crescimento econômico inclusivo foram o aumento do acesso ao crédito e a expansão do investimento público em infraestrutura.

Com a eleição de Dilma Rousseff, este projeto de desenvolvimento começa a entrar em declínio, com mudanças nas políticas fiscal e monetária, desonerações tributárias e estagnação dos investimentos públicos. O segundo mandato da presidente destacou-se por um conjunto de medidas de ajuste que, além de outros fatores, agravou o quadro de recessão econômica. "A crise política, os efeitos da Operação Lava Jato sobre os setores de construção civil e petróleo, a forte desvalorização do real e a queda dos preços dos produtos que exportamos também contribuíram para o trágico desempenho da economia brasileira em 2015"¹².

A retomada do poder pela direita no Brasil é um processo que se inicia pelo menos desde as manifestações que tomaram o país em 2013. Os protestos cresceram em poucos dias e mudaram de conteúdo. Deixou de ser formado apenas por jovens contrários ao aumento das tarifas de transporte e passou a misturar diferentes grupos com diferentes pautas, sem uma coordenação definida. Surge um forte sentimento antipartidário e, então, um apelo nacionalista, conservador e contrário ao partido dos trabalhadores. Estes protestos deixaram como resultado uma maior frequência de manifestações de rua e a utilização acentuada das redes sociais¹³.

Avritzer¹⁴ entende que as dificuldades do presidencialismo de coalizão explicam parte da instabilidade política brasileira. Esta forma de sustentação de governos aglutina partidos com ideologias distintas ou mesmo opostas, deslocando os governantes de suas bases eleitorais. Além disso, o preenchimento de cargos importantes da administração pública sob a indicação destes aliados acaba por facilitar práticas ilícitas. Quanto à corrupção, Souza¹⁵ – autor que refuta a tese do patrimonialismo para analisar esta questão – afirma que, embora tenha havido casos graves nos últimos anos, eles foram usados de forma manipuladora para interromper o processo democrático

¹⁰ TEIXEIRA, S. M. F.; PINHO, C. E. S. Liquefação da rede de proteção social no Brasil. *Katálysis*, v. 21, n. 1, p. 14-42, 2018.

¹¹ CARVALHO, L. *Valsa brasileira: do boom ao caos*. São Paulo: Todavia, 2018. p. 23.

¹² CARVALHO, L. *op. cit.*, p. 98.

¹³ MOURA, M. *A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu*. Rio de Janeiro: Record, 2019. p. 42.

¹⁴ AVRITZER, L. *Impasses da democracia no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 39

¹⁵ SOUZA, J. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017. p. 35

brasileiro. As denúncias foram repercutidas seletivamente pela grande mídia, favorecendo o ambiente para um ataque “moralista e conservador”.

A reação contra as melhorias das condições materiais das classes populares também é apontada por Boito Junior¹⁶ como uma das causas dos protestos da alta classe média contra o governo Dilma Rousseff. Segundo o autor, estes setores mostraram insatisfação diante de políticas sociais, como o regime de cotas nas universidades e os programas de transferências de rendas, que permitiram que a população mais pobre ocupasse espaços antes destinados exclusivamente às camadas mais privilegiadas da sociedade.

Nos EUA, as disputas políticas da direita radical também têm uma relação direta com o papel do Estado na sociedade, uma vez que estes grupos políticos ofereceram, ao longo de sua história, reações contundentes ao estado de bem-estar e à intervenção estatal na economia para a solução de crises. A década de 1930 foi um marco, em razão do plano de medidas conhecido como *New Deal*, que criou frentes de trabalho governamentais ao redor do país, estabeleceu direitos de seguridade universais, seguro-desemprego e outros benefícios para os pobres e para pessoas com deficiência. Definiu também um salário-mínimo federal, proibiu o trabalho infantil e criou impostos para manter programas sociais¹⁷.

A narrativa de que indivíduos e grupos – estrangeiros e, especialmente, cidadãos americanos – estariam envolvidos em uma grande conspiração integra um "estilo paranoico" da política que foi descrito por Richard Hofstadter¹⁸. O autor afirma, ainda, que embora não seja uma característica exclusiva da direita radical, esta mentalidade ficou explícita entre seus representantes em momentos marcantes da história do país. Ela foi sintetizada a partir de três elementos: o *New Deal*, que seria uma intervenção indevida do governo federal e uma violação à liberdade do capitalismo; a suposta presença de agentes comunistas infiltrados no primeiro escalão do governo; e uma rede de comunistas que estaria presente no aparato educativo, religioso e na grande mídia. McCarthy foi o símbolo da perseguição aos comunistas na primeira metade dos anos 50. Hofstadter aponta, no entanto, que a missão não era apenas encontrar comunistas, mas manchar a imagem do *New Deal* e derrotar o chamado *big government*:

O que estava em discussão, acima de tudo, era um conjunto de hostilidades políticas no qual o *New Deal* estava ligado ao governo do bem-estar social, o governo do bem-estar ao socialismo e o socialismo ao comunismo. Nessa cruzada o comunismo não era o alvo, mas a

¹⁶ BOITO JUNIOR, A. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. São Paulo: UNESP, 2018. p. 217.

¹⁷ MULLOY, D. J. *Enemies of the state: the Radical Right in America from FDR to Trump*. London: Rowman & Littlefield Publishers, 2018. p. 3.

¹⁸ HOFSTADTER, R. *The paranoid style in American politics and other essays*. Cambridge: Harvard University Press, 1996. p. 25.

arma, e por essa razão é que os ardorosos caçadores de impotentes comunistas domésticos eram indiferentes aos esforços para atingir o poder do comunismo internacional onde ele realmente tinha importância – na arena da política mundial¹⁹.

A luta por direitos civis foi uma das grandes causas da organização e mobilização da direita radical nos EUA. Grupos que buscaram reprimir o movimento negro, em muitos casos com violência, em reação a suas demandas por igualdade e pelas conquistas que alcançavam. Exemplo desta reação massiva ocorreu contra a Suprema Corte, liderada pelo juiz Earl Warren, que em maio de 1954 decidiu pela ilegalidade de impedir o ingresso dos negros em escolas frequentadas por brancos (caso *Brown vs. the Board of Education of Topeka*). Entre cidadãos comuns e políticos, a resistência contra o fim da segregação baseou-se em três principais fundamentos: uma racista pretensão de superioridade dos brancos; uma suposta violação da autonomia dos estados da federação; e uma conspiração comunista, que estaria infiltrada desta vez em parte da Suprema Corte e nos movimentos por direitos civis²⁰. Já na década de 1980, o governo de Ronald Reagan recebeu o importante apoio da *New Right* no país, com o suporte financeiro de grandes corporações, de ricos empresários e de suas fundações. As promessas do presidente que garantiram este apoio foram a redução do papel do governo, o retorno do poder federativo dos estados, o corte de impostos e a redução do tamanho da burocracia²¹. Ronald Reagan tornou-se o expoente do neoliberalismo nos EUA. Briggs²² relata a retomada do conceito de “rainhas do bem-estar” (*welfare queens*) para deturpar a imagem de mulheres que supostamente seriam oportunistas das políticas assistenciais. Casos de pagamentos indevidos eram destacados pela administração para criar uma opinião pública contrária aos assistidos. Esta imagem foi reproduzida por jornais e políticos da época e serviu para desviar a atenção da redução de programas sociais também para crianças e idosos. Segundo Giddens, o neoliberalismo é a forma conservadora que prevalece a partir da Nova Direita da década de 80:

Para os neoliberais, o empreendimento capitalista não é mais considerado como a origem dos problemas da civilização moderna. Muito pelo contrário: ele é o centro de tudo de bom que nela existe. Um sistema de mercado competitivo não só maximiza a eficiência econômica; ele é o principal fiador da liberdade individual e da solidariedade social. Em contraposição ao Velho Conservadorismo, os neoliberais admiram o individualismo econômico e o encaram como a

¹⁹ HOFSTADTER, R. *Anti-intelectualismo nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1967. p. 52.

²⁰ MULLOY, D. J. *Enemies of the state. The Radical Right in America from FDR to Trump*. London: Rowman & Littlefield Publishers, 2018. p. 68.

²¹ MULLOY, D. J. *op. cit.*, p. 89.

²² BRIGGS, L. *How all politics became reproductive politics from welfare reform to foreclosure to Trump*. Oakland: University of California Press, 2017. p. 47.

chave para o sucesso da democracia dentro do contexto de um Estado mínimo²³.

Um dos seus principais representantes foi Friedrich Hayek²⁴, que fez a oposição entre um coletivismo totalitário, aprisionador da sociedade, e um individualismo que garante a liberdade e autonomia de decisões. Para o autor, seria impossível fazer definições de um bem-estar comum ou geral, na medida em que em isso não poderia ser estabelecido em uma “escala única de valores”. A tentativa de adoção de um código moral único que abarcasse todos os valores sociais seria um projeto falho e incompleto. O individualismo, ao contrário, reconhece as limitações da capacidade humana, que pode se ocupar apenas de uma parte mínima das necessidades sociais. Assim sendo, a defesa da liberdade não seria uma defesa do egoísmo, mas da liberdade de ação, dentro de certos limites, conforme os valores e interesses dos indivíduos. Os fins sociais, por sua vez, seriam buscados somente a partir da soma destes interesses.

A narrativa sobre a direita nos EUA poderia seguir com o crescimento da Christian Right e de seus porta-vozes do rádio e televisão; com os governos Bush e os efeitos da guerra ao terror na vigilância e no medo dos eleitores. No entanto, a resistência ao *New Deal*, o macarthismo, a luta dos afro-americanos por direitos civis e as políticas neoliberais de Reagan fornecem as raízes históricas de uma disputa que, embora tenha sido posta há várias décadas, continua pautando a política do país. Uma disputa que traduz o conflito entre compreensões sobre o papel do Estado na sociedade, especialmente no combate às desigualdades.

No caso específico da ascensão de Donald Trump, um último movimento da direita radical deve ser descrito, tendo em vista que ele é tido como uma das principais causas da sua vitória eleitoral de 2016: o *Tea Party*, que se inicia em menos de um mês após o discurso de posse do primeiro afro-americano presidente dos EUA. O movimento inspira-se no *Boston Tea Party* de 1773, promovido pelos colonos americanos contra os britânicos, em razão do volume de taxações e da falta de representação política. O *Tea Party* contemporâneo alcançou um grande apoio principalmente entre cidadãos brancos de classe média, com maior nível educacional, evangélicos e simpáticos aos republicanos. Seu apoio financeiro tem origem em grandes corporações, em bilionários como os irmãos Koch e na mídia conservadora²⁵.

A pauta do *Tea Party* se assemelha àquela que surge desde a resistência ao *New Deal*, ou seja, a redução do papel do estado, redução de impostos e liberdade de mercado. O movimento se mostra contrário às políticas afirmativas e outras políticas

²³ GIDDENS, A. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1996. p. 44.

²⁴ HAYEK, F. A. *O caminho da servidão*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. p. 75.

²⁵ MULLOY, D. J. *Enemies of the state: the Radical Right in America from FDR to Trump*. London: Rowman & Littlefield Publishers, 2018. p. 149.

sociais em favor de minorias ou em favor dos mais pobres, como o aumento de programas sociais e reformas no sistema público de saúde. No entanto, Parker²⁶ aponta em estudos empíricos que estas pautas escondem um ressentimento racial (*racial resentment*), em razão da maior participação dos negros na sociedade americana e, especialmente, em razão da primeira eleição de um negro como presidente do país.

O debate sobre as eleições nos EUA não pode deixar de abordar a questão da grande influência das redes sociais, embora este estudo não seja o foco do presente trabalho. Um marco para as futuras pesquisas sobre democracia é a utilização indevida de dados de milhões de usuários da *internet*, como foi realizado pela empresa *Cambridge Analytica*. A coleta de dados permitiu traçar a personalidade dos usuários do *Facebook*, encontrar perfis de eleitores indecisos e direcionar propaganda para influenciar resultados de eleições como a de Donald Trump e do *Brexit*²⁷. Investigações foram realizadas nos Estados Unidos e no Reino Unido para apurar as responsabilidades dos executivos de ambas as empresas. São fatos que revelam um enorme poder de manipulação por trás da utilização de avançadas tecnologias de comunicação e, portanto, deverão movimentar os órgãos de controle de procedimentos eleitorais no mundo inteiro.

2 A democracia diante do radicalismo

Há três décadas, a queda do muro de Berlim e o fim da guerra fria significaram a hegemonia, no âmbito econômico, do capitalismo globalizado e, ao menos no ocidente, no âmbito político, das democracias com seus respectivos sistemas representativos. Na América Latina, o fim das ditaduras militares representou para os países da região a conjugação de três grandes desafios: a necessidade de desenvolver processos políticos democráticos; a integração de suas economias à globalização; a redução da desigualdade social, evidenciada pela ausência de direitos básicos para a maioria de seus cidadãos.

A predominância do capitalismo e das instituições do liberalismo foi acompanhada, na teoria política, por uma ampla literatura contra o totalitarismo, pela defesa da democracia e das garantias individuais, inclusive como possibilidade de renovados projetos emancipatórios. Surge então, dentro dos próprios movimentos da esquerda, uma contraposição a setores que consideravam as cartas de direitos advindas das revoluções burguesas somente disfarces para a manutenção de um sistema de dominação.

²⁶ PARKER, C. S. The radical right in the United States of America. In: RYDGREN, J. (ed.). *The Oxford handbook of the radical right*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

²⁷ SATARIANO, A.; CONFESSORE, N. Cambridge Analytica's use of Facebook data broke British law, Watchdog Finds. *The New York Times*, New York, Nov. 6, 2018.

Lefort²⁸, ao apresentar um detalhado estudo sobre os efeitos da dominação totalitária, afirma que os direitos do homem possibilitam um constante questionamento do próprio direito. Eles instituem uma nova relação com a política e não devem ser analisados somente a partir dos vícios e manipulações existentes, por exemplo, na produção de leis ou no exercício da justiça. Possuem, portanto, uma dimensão simbólica que constitui a sociedade política. Quanto à democracia, o autor destaca a forma em que o poder é exercido:

Para além da cerimônia de instauração-restauração do poder, ocorre, com efeito, outra aventura: enquanto o poder era outrora *incorporado*, ligado à pessoa de um monarca ou imbricado numa aristocracia, ele se encontra restituído à sua indeterminação. Em outros termos, a democracia faz tacitamente do lugar do poder um lugar vazio, ela estabelece que ele não pertence por direito a ninguém²⁹.

A democracia é defendida como a possibilidade de exercício do poder por um conjunto indeterminado de pessoas, sendo que este exercício é sempre provisório e alternado. A autoridade deixa de ser absoluta e pode ser constantemente questionada pelos cidadãos, através dos direitos à manifestação e de associação. São direitos, portanto, que limitam o poder do Estado e significam uma evolução na relação entre governantes e governados. Rancière³⁰ destaca que na democracia o título para governar é justamente a ausência de título. A superioridade do governante fundamenta-se na própria ausência de superioridade. O poder não se legitima na filiação, na divindade ou na riqueza, mas na inexistência de títulos que embasem a relação entre governantes e governados³¹. Embora reconheça que uma sociedade essencialmente democrática não existe e não existiu e que, de fato, o poder é sempre exercido em meio a disputas entre oligarquias, ainda assim, a democracia serve como uma constante luta para a ampliação da esfera pública.

Desde as revoluções americana e francesa, a democracia foi descrita predominantemente como um atributo do Estado liberal, em razão do fundamento político da soberania popular (*We the people*), do rompimento com o absolutismo e da consolidação de um conjunto de direitos e garantias individuais. É nesse sentido que Bobbio³², ao tratar da interdependência entre estado liberal e estado democrático, reúne as condições para uma definição mínima de democracia, entre elas: a participação dos

²⁸ LEFORT, C. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 74.

²⁹ LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 133.

³⁰ RANCIERE, J. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 56-64.

³¹ RANCIERE, J. *op. cit.*, p. 68.

³² BOBBIO, N. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 32.

cidadãos nas decisões coletivas, por meio de regras procedimentais, e um conjunto de direitos de liberdade, de opinião, de associação, entre outros.

Com o fim da guerra fria, Mair³³ descreve uma convergência para o centro e uma confusão programática dos partidos de esquerda e de direita. O autor descreve, ainda, um duplo afastamento da política, entre cidadãos e partidos. Os primeiros desengajaram-se de uma atividade política antes vivida em seus cotidianos. Os candidatos, antes identificados com os partidos, tornaram-se personagens construídas por meio de estratégias publicitárias. Os partidos, por sua vez, perderam a centralidade das decisões políticas, cada vez mais deixadas para agências técnicas. Sem o apoio popular, seus membros aproximam-se dos gabinetes e distanciam-se das bases. O surgimento das direitas radicais seria, portanto, uma das consequências de um afastamento generalizado dos processos políticos e de uma repulsa popular à classe política em geral.

A Europa é palco de diversos estudos sobre os chamados partidos da direita radical populista Mudde³⁴, diante da variedade de definições sobre o populismo, descreve o fenômeno como uma ideologia que separa a sociedade entre dois grupos opostos, “o povo puro contra a elite corrupta”. Seus líderes enfrentam a classe política tradicional, embora não sejam contrários à política partidária em si mesma. Müller³⁵ destaca que, para os populistas, apenas uma parte do povo representa o verdadeiro povo. Trata-se de uma visão antipluralista e moralista da política, que encarna uma luta dos moralmente puros contra os imorais. Hofstadter³⁶ descreve que o líder da direita radical é visto como um vanguardista capaz de identificar esta luta entre “o bem e o mal”. A política deixa de ser um cenário de mediações para ser um conflito com o objetivo de completa eliminação do oponente.

Streeck³⁷ faz ressalvas ao conceito de populismo. O autor descreve a relação entre globalização e neoliberalismo, quando economistas do mundo inteiro, especialmente no fim dos anos 80, consolidaram a ideia de que não haveria alternativa a este modelo (“*Tina*” – *There is no alternative*). Os Estados passaram a estar inseridos no mercado, não o contrário. Controles de circulação do capital deveriam ser eliminados e governos nacionais deveriam se adaptar à concorrência global. No entanto, a globalização deixou muitas promessas não cumpridas e favoreceu a porção mínima dos

³³ MAIR, P. *Ruling the void: the hollowing of western democracy*. London: Verso, 2013. p. 18.

³⁴ MUDDE, C. The Populist Zeitgeist. *Government and Opposition*, v. 39, n. 4, p. 541-563, 2004. p. 543.

³⁵ MÜLLER, J.-W. *What is populism?* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

³⁶ HOFSTADTER, R. *The Paranoid style in American politics and other essays*. Cambridge: Harvard University Press, 1996. p. 31.

³⁷ STREECK, W. O retorno dos reprimidos como início do fim do capitalismo neoliberal. In: GEISELBERGER, H. (org.). *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

mais ricos. O conceito de populismo, então, tem sido utilizado contra grupos políticos que, representando aqueles prejudicados por este modelo, buscam novamente a proteção nacional contra os riscos do internacionalismo.

São conceitos que, embora tragam muitas divergências, contribuem para o debate acerca do resultado das eleições presidenciais nos EUA em 2016 e no Brasil em 2018. A sequência de eventos políticos que culminou com a eleição de Jair Bolsonaro pode ter sido iniciada nas grandes mobilizações de rua em 2013. Moura³⁸ descreve como os protestos, inicialmente formados por jovens contrários ao aumento das tarifas de transporte, passaram a abrigar um forte sentimento antipartidário. Ao mesmo tempo, Bolsonaro sempre se utilizou da imagem de *outsider* que teria o potencial de mudar radicalmente o cenário político. Nos EUA, segundo Parker³⁹, o movimento *Tea Party*, fundamental para a eleição de Donald Trump, mostrou-se contrário à extensão de programas sociais para os mais pobres e refletiu as ideias de uma parcela da sociedade - predominantemente branca, masculina, de classe média, nativa e cristã - que afirma perder espaço em seu próprio país.

Jair Bolsonaro foi vitorioso com um discurso de apelo nacionalista, contra a corrupção e propondo uma nova política; inclusive, posicionando-se favoravelmente à ditadura militar que governou o país; atraiu votos com suas características pessoais e não a partir de partidos políticos tradicionais; utilizou figuras atreladas ao conservadorismo, como a família tradicional, a religião e a luta contra o comunismo. Miguel⁴⁰ entende que a guinada à direita no Brasil também está associada ao "libertarianismo" e sua defesa radical do Estado mínimo; ao fundamentalismo religioso, com a subida ao poder dos líderes das igrejas neopentecostais; e a um novo discurso anticomunista direcionado a países latino-americanos, como a Venezuela.

Nesse contexto, alguns grupos e indivíduos foram peças-chave para o alcance nacional das manifestações *pró-impeachment* ao longo do ano de 2015. Messenberg⁴¹ analisa as postagens em redes sociais e as publicações de movimentos como o "Movimento Brasil Livre" e "Vem pra Rua", além de pessoas que se tornaram referências, entre elas, Kim Kataguirí, Olavo de Carvalho e o próprio Jair Bolsonaro. A autora lista ideias-força que sustentaram o discurso destes líderes: o antipetismo, com exemplos na corrupção, na crise econômica e no bolivarianismo; o conservadorismo

³⁸ MOURA, M. *A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu*. Rio de Janeiro: Record, 2019. p. 42.

³⁹ PARKER, C. S. The radical right in the United States of America. In: RYDGREN, J. (ed.). *The Oxford handbook of the radical right*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

⁴⁰ MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGOS, E. S. (org.). *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 19.

⁴¹ MESSEMBERG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes da direita brasileiros. In: ROCHA, C.; SOLANO, E. (org.). *As direitas nas redes e nas ruas*. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 193.

moral, com a defesa da família tradicional, da fé cristã e o combate às cotas raciais; o neoliberalismo, com a defesa da eficiência do mercado, da meritocracia e do corte de políticas sociais.

Nos EUA, a revista *New Left Review* procurou explicar o fenômeno Trump em um editorial do fim do ano de 2018. Riley⁴² sustenta que um marco para a ascensão de Trump seria o período posterior à crise financeira de 2008. Cidadãos empobrecidos viram, durante os governos Bush e Obama, um trilhão de dólares dos contribuintes direcionado para salvar o mercado financeiro de *Wall Street*. Foram adotadas medidas como o *Troubled Asset Relief Program*, que permitiu ao tesouro comprar 700 bilhões de dólares em ativos problemáticos. Uma nova esquerda tentou reagir à crise, como foi o caso do movimento *Occupy* de 2011, mas ela não conseguiu ser forte o suficiente e somente conseguiu algum apelo nacional com a campanha de Bernie Sanders em 2015.

Riley⁴³ descreve como Trump cresceu em um cenário de desconfiança contra a globalização, afirmando que o dinheiro dos americanos foi usado para enriquecer outros países, especialmente a China. Ele prometeu tarifas protecionistas, um muro na fronteira e um programa massivo de infraestrutura para fazer “a América grande de novo”, *slogan* copiado de Ronald Reagan. Com um comportamento inadequado para os padrões do cargo de presidente, ele ganhou as primárias do partido republicano justamente por ser diferente dos demais. Seu discurso encontrou apoio em camadas da classe média, ressentidas pelos empregos que foram retirados do país e pela concorrência da mão-de-obra imigrante. Chomsky⁴⁴ afirma que Trump recebeu o apoio de pessoas com raiva de tudo e de todos. Entre os apoiadores, pessoas da classe operária branca, que se sentiram abandonadas pelas políticas do neoliberalismo. Lieberman e colegas⁴⁵ destacam que a ascensão de Trump traz como pergunta se as instituições democráticas do país estariam em risco, uma vez que ele agride elementos centrais deste conjunto de regras, como a imprensa independente, o poder judiciário e a validade das eleições. Neste debate, as causas e efeitos de sua ascensão são explicados pelo encontro de três condições: o desenho das instituições representativas, a permanência do preconceito racial e o desafio às regras básicas da democracia.

Donald Trump perdeu a eleição pela contagem de votos dos eleitores, com uma diferença para Hillary Clinton de mais de dois milhões e oitocentos mil votos. Sua vitória ocorreu em razão dos votos do colégio eleitoral, sistema indireto de escolha que sofre críticas por limitar a vontade popular. O colegiado eleitoral acaba favorecendo pequenos

⁴² RILEY, D. What is Trump? *New Left Review*, n. 114, p. 5-31, 2018.

⁴³ RILEY, D. *op. cit.*, p. 5-31, 2018.

⁴⁴ CHOMSKY, N. *Réquiem para o sonho americano: os dez princípios de concentração de riqueza e poder*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 159.

⁴⁵ LIEBERMAN, R. *et. al.* The Trump, presidency and American democracy: a historical and comparative analysis. *Perspectives on Politics*, v. 17, n. 2, p. 470-479, 2019.

estados, com habitantes mais conservadores. Uma estratégia utilizada pelos republicanos, conhecida como *gerrymandering*, consiste no redimensionamento de distritos eleitorais, permitindo que um menor número de votos garanta ao partido uma proporção maior de representantes em relação aos democratas. E, ainda, alegações de Trump sobre fraudes nas eleições incentivaram medidas discriminatórias de supressão de votos de afro-americanos e de povos nativos, como ocorreu em Georgia e Dakota do Norte⁴⁶

A segregação e a desigualdade racial são elementos que moldaram a sociedade americana desde a escravidão. E a luta por direitos humanos permanece, como exemplo no movimento que denuncia a violência de agentes do Estado contra os negros, o *Black Lives Matter*. Em pesquisas empíricas, Hooghe e Dassonneville⁴⁷ indicam que sentimentos negativos contra minorias étnicas e imigrantes foram causas da ampliação da base de apoio de Donald Trump, inclusive entre eleitores considerados independentes ou simpatizantes do partido democrata. Discursos intolerantes têm reflexo no comportamento das autoridades, com o aumento da vigilância e da violência contra imigrantes, além do aumento das deportações. O preconceito presente nas afirmações do presidente tem oferecido um ambiente favorável para o etnocentrismo e para supremacistas. Quanto às regras básicas da democracia, Chenoweth⁴⁸, ao tratar de líderes autoritários em diversos países, descreveu um conjunto de medidas adotadas contra movimentos oposicionistas. Mesmo sem o uso da violência física, estas medidas conseguem minar a oposição, através do reforço da lealdade com elites do governo, de estratégias contra movimentos sociais e de apelo à opinião pública. A cooptação de lideranças, a vigilância de grupos da sociedade civil e os discursos contra estrangeiros são exemplos.

A autora verifica posteriormente, partindo deste estudo, uma tendência autoritária da administração de Donald Trump: para reforçar seu apoio no governo, a indicação de pessoas próximas para cargos de alto escalão, mesmo sem as qualificações requeridas; para minar movimentos sociais, a omissão diante de crimes de ódio ou de ameaças contra civis por grupos paramilitares; para reforçar o apoio da opinião pública, a acusação de mexicanos ou muçulmanos como terroristas, de opositores políticos como inimigos do povo, a propagação de informações falsas e a

⁴⁶ BERNHARD, M.; O'NEIL, D. Trump: Causes and Consequences. *Perspectives on Politics*, v.17 n. 2, p. 317-324, 2019. p. 320

⁴⁷ HOOGHE, M.; DASSONNEVILLE, R. Explaining the Trump vote: the effect of racist resentment and anti-immigrant sentiments. *Political Science & Politics*, v. 51, n. 3, p. 528-534, 2018.

⁴⁸ CHENOWETH, E. Trends in nonviolent resistance and State response: Is violence towards civilian-based movements movements on the rise? *Global Responsibility to Protect*, v. 9, p. 86-100, 2017. p. 93-94.

restrição de acesso a jornalistas. Para Bernhard e O'Neil⁴⁹, a omissão dos republicanos no congresso é explicada por um cálculo de custo-benefício, pelo qual seria melhor minimizar os efeitos de seu comportamento do que comprometer as vantagens políticas por ele obtidas.

Miguel⁵⁰ destaca os limites e possibilidades da democracia nos moldes liberais. Por um lado, ela não realiza de fato os direitos que promete, pois a igualdade pretendida entre os cidadãos está submetida às várias assimetrias sociais vigentes na sociedade. Por outro, ela não deve ser vista somente como um disfarce sem qualquer efeito real, pois a vontade popular pode eventualmente interferir no jogo de poder das elites. Segundo o autor, a variável da dominação, que se traduz em um controle desigual de recursos materiais e simbólicos, estaria ausente das correntes liberal-pluralistas, que tratam do conflito sob o ponto de vista da competição, e das deliberativas do final do século XX, que tratam da busca do consenso. A identificação destes conflitos pode contribuir para a compreensão das promessas não cumpridas dos pactos constitucionais e políticos, ou mesmo de seus retrocessos em determinados períodos.

Nos EUA, movimentos como o *Black Lives Matter* e líderes como Bernie Sanders têm chamado a atenção dos jovens, o que se percebe no crescimento dos "Socialistas Democráticos da América". O socialismo volta ao centro do debate político no país e, com ele, ideias de uma social-democracia com base na luta de classes (*class-struggle social democracy*) e o *Green New Deal*, que integra os debates climáticos às demandas dos trabalhadores. A descrição de Mason⁵¹ sobre as dificuldades enfrentadas pelos socialistas nos EUA se assemelha à situação da esquerda brasileira, com os limites das disputas eleitorais e as dificuldades de conscientizar os trabalhadores, para a formação de organizações perenes e combativas.

Obstáculos para o surgimento de alternativas explicam-se também pelas características das conjunturas políticas descritas, em que manifestações contrárias aos interesses dos atores hegemônicos são mais suscetíveis de serem taxadas de perigosas para a coletividade. A Teoria do Estado de Exceção alerta para um "totalitarismo moderno", presente nas democracias contemporâneas, que se apresenta como "uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão,

⁴⁹ BERNHARD, M; O'NEIL, D. Trump: causes and Consequences. *Perspectives on Politics*, v.17 n. 2, p. 317-324, 2019. p. 321.

⁵⁰ MIGUEL, Luis Felipe. *Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 8.

⁵¹ MASON, S. Challenging Capital. *New Left Review*, n. 116, p. 118-135, 2019.

pareçam não integráveis ao sistema político"⁵². Mascaro⁵³ destaca que em tempos de crise estrutural do capitalismo, tal como ocorreu em 1929 e 2008, exigências de segurança e de ordem predominam diante das demandas sobre direitos sociais em um ambiente dominado pelo populismo de direita.

Considerações Finais

As análises apresentadas contribuem para identificar, a partir dos pressupostos da democracia liberal, um conjunto de razões para o radicalismo conservador que alimentou a política nos últimos anos no ocidente, em especial no Brasil e nos EUA. Um ambiente onde a crise de confiança na classe política em geral, somada aos efeitos de sucessivas crises econômicas, favoreceu a crença em atores que prometiam mudanças radicais e métodos distintos daqueles defendidos pelos partidos políticos tradicionais. Nesse contexto, a investigação sobre a consolidação da democracia em determinado país não pode ser feita, somente, com a verificação do funcionamento de instituições políticas, da separação de poderes, do sistema representativo, do papel da oposição e dos procedimentos eleitorais.

É preciso destacar a incompletude das conquistas da democracia em ambos os países estudados. No Brasil, a existência de uma democracia formal não impediu a ocorrência de golpes militares ou de políticas que dispensam a participação popular para restringirem direitos sociais. Os EUA presenciaram ao longo de sua história a utilização do aparato governamental para a vigilância e a perseguição de cidadãos. A estabilidade de suas instituições democráticas não evitou o aumento da desigualdade social, a grande presença do poder econômico nos gabinetes dos representantes eleitos, o encarceramento em massa dos afro-americanos e a repressão sobre minorias.

Dois contextos foram apresentados, como indicações dos desafios das instituições democráticas. O primeiro refere-se ao cenário que surge após a guerra fria, quando os programas partidários convergem para o centro do espectro político. A proclamada ausência de alternativas ao capitalismo e ao neoliberalismo produz um duplo afastamento da política, por parte dos cidadãos e dos partidos. O resultado é a formação de um ambiente de negação da política tradicional, que favorece atores que prometem soluções radicais para os diversos problemas enfrentados por essas sociedades.

O segundo é o fenômeno do populismo, que possui uma variedade de definições na literatura política. O populismo coloca em oposição na sociedade um povo puro contra uma elite corrupta, sendo que uma parte do povo representa o verdadeiro povo.

⁵² AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 13.

⁵³ MASCARO, A. L. Dinâmica da crise e do golpe: de Temer a Bolsonaro. *Revista da Boitempo*, n. 32, p. 25-32, 2019. p. 31.

É um discurso que tem sido direcionado para uma parcela da população que se sente ameaçada em seus países por grupos que lutam por direitos civis e sociais, considerados inimigos conspiradores. Os líderes populistas enfrentam a classe política tradicional, embora não sejam contrários à política partidária em si mesma. Possuem uma visão antipluralista e moralista da política, que encarna uma luta dos moralmente puros contra os imorais. O apoio eleitoral e os discursos dos presidentes do Brasil e dos EUA confirmam muitos elementos da tese populista.

Líderes da direita conservadora souberam aproveitar o cenário da descrença nas instituições políticas que atravessou a sociedade nas últimas décadas. Por um lado, existem aqueles que de fato assumem o argumento da violência, desejando o fortalecimento de instrumentos autoritários e repressores. Muitos enxergam a desigualdade como uma questão de mérito pessoal, defendem que o mercado deve seguir por suas próprias regras e adversários políticos são conspiradores a serem eliminados. Por outro lado, eleitores que apostaram nestes grupos, por terem sido atraídos pelo discurso de uma nova política, diante da crise dos partidos tradicionais à direita e à esquerda do espectro político.

Diante desses desafios, é preciso resguardar os direitos mais básicos das democracias. A defesa do direito à organização e à manifestação, especialmente daqueles que questionam atores hegemônicos, é essencial para impedir que a democracia seja destruída, o que pode ocorrer de forma abrupta ou disfarçadamente. As sucessivas crises do capitalismo trazem, como resultado, o elogio e o uso cada vez mais frequente de medidas autoritárias. Nesse contexto, é papel também da academia posicionar-se contra a utilização de instrumentos de exceção, muitas vezes revestidos de uma legalidade formal, para silenciar divergências políticas.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AVRITZER, L. *Impasses da democracia no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BERNHARD, M.; O'NEIL, D. Trump: causes and consequences. *Perspectives on Politics*, v. 17 n. 2, p. 317-324, 2019.
- BOBBIO, N. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BOITO JUNIOR, A. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. São Paulo: Unesp, 2018.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *ADPF 153/DF*. Relator: Min. Eros Grau, 29 de abril de 2010. Brasília: Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960>. Acesso: 7 fev. 2020.
- BRIGGS, L. *How all politics became reproductive politics from welfare reform to foreclosure to Trump*. Oakland: University of California Press, 2017.

- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CARVALHO, L. *Valsa brasileira: do boom ao caos*. São Paulo: Todavia, 2018.
- CHENOWETH, E. Trends in nonviolent resistance and State response: is violence towards civilian-based movements on the rise? *Global Responsibility to Protect*, v. 9, p. 86-100, 2017.
- CHOMSKY, N. *Réquiem para o sonho americano: os dez princípios de concentração de riqueza e poder*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- GIDDENS, A. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1996.
- HAYEK, F.A. *O caminho da servidão*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- HOFSTADTER, R. *Anti-intelectualismo nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1967.
- HOFSTADTER, R. *The Paranoid Style in American Politics and Other Essays*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- HOOGHE, M.; DASSONNEVILLE, R. Explaining the Trump vote: the effect of racist resentment and anti-immigrant sentiments. *Political Science & Politics*, v. 51, n. 3, p. 528-534, 2018.
- LEFORT, C. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- LIEBERMAN, R. et. al. The Trump presidency and American democracy: a historical and comparative analysis. *Perspectives on Politics*, v. 17, n. 2, p. 470-479, 2019.
- MAIR, P. *Ruling the void: the hollowing of western democracy*. London: Verso, 2013.
- MASCARO, A. L. Dinâmica da crise e do golpe: de Temer a Bolsonaro. *Revista da Boitempo*, n. 32, p. 25-32, 2019.
- MASON, S. Challenging Capital. *New Left Review*, n. 116, p. 118-135, 2019.
- MESSEMBERG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes da direita brasileiros. In: ROCHA, C.; SOLANO, E. (org.). *As direitas nas redes e nas ruas*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, E. S. (org.). *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MIGUEL, L. F. *Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MIGUEL, L. F. *O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe parlamentar*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.
- MOURA, M. *A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu*. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- MUDDE, C. The Populist Zeitgeist. *Government and Opposition*, v. 39, n. 4, p. 541-63, 2004.
- MÜLLER, J.-W. *What is populism?* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.
- MULLOY, D. J. *Enemies of the state: the radical right in America from FDR to Trump*. London: Rowman & Littlefield Publishers, 2018.
- OXFAM BRASIL. A distância que nos une. *Oxfam Brasil*, São Paulo, 26 set. 2017. Disponível em: https://www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/relatorio_a_distancia_que_nos_une_170925.pdf. Acesso: 5 dez. 2020.

- PARKER, C. S. The radical right in the United States of America. In: RYDGREN, J. (ed.). *The Oxford handbook of the radical right*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- RANCIERE, J. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- RILEY, D. What is Trump? *New Left Review*, n. 114, p. 5-31, 2018.
- ROTHENBURG, W. C. Constitucionalidade e convencionalidade da Lei de Anistia brasileira. *Revista Direito GV*, v. 9, n. 2, p. 681-706, 2013.
- SAAD FILHO, A. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- SATARIANO, A.; CONFESSORE, N. Cambridge Analytica's use of Facebook data broke british law, Watchdog Finds. *The New York Times*, New York, Nov. 6, 2018. Available from: <https://www.nytimes.com/2018/11/06/technology/cambridge-analytica-arron-banks.html>. Cited: Dec. 24, 2019
- SCHWARCZ, L. M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SOUZA, J. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.
- STREECK, W. O retorno dos reprimidos como início do fim do capitalismo neoliberal. In: GEISELBERGER, H. (org.). *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos – e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.
- TEIXEIRA, S. M. F.; PINHO, C. E. S. Liquefação da rede de proteção social no Brasil. *Katálysis*, v. 21, n. 1, p 14-42, 2018.

Recebido em 30/10/2020, aprovado em 7/12/2020.